

EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA ARMADA NO CONJUNTO DE FAVELAS DA MARÉ

Miriam Krenzinger

Pressupostos norteadores e o contexto do estudo

Destacarei, neste capítulo, especificamente, reflexões que derivam da experiência acumulada em projetos de pesquisas e extensão, os quais venho realizando nos últimos 10 anos, no conjunto de favelas da Maré. O recorte temporal fará sentido na sequência da exposição.

Com base nesse percurso, e sempre aprendendo com o trabalho coletivo, venho aprofundando o estudo sobre a violência armada, que atravessa, de forma transversal, diferentes dimensões da realidade. Em todas as pesquisas e atividades de extensão, buscamos, como pressuposto ético-político do trabalho de campo, construir um olhar complexo e participativo sobre cinco aspectos norteadores:

a) as percepções sociais dos moradores, especialmente das mulheres, a respeito das violências de gênero, associadas ao racismo estrutural/institucional e aos territórios, conflagrados por grupos armados neles atuantes;

b) as estratégias de cuidado, autocuidado e resistência, que alcançam níveis significativos de efetividade, na prevenção das violências (letal, intrafamiliar e comunitária);

c) o modo como os grupos armados, as forças policiais, os movimentos sociais e os atores do sistema de justiça e proteção social interferem nesse contexto e modulam esse campo problemático;

d) as circunstâncias subjacentes ao modo como a violência armada produz barreiras ao acesso à justiça e a serviços básicos de proteção social, saúde – inclusive, saúde mental – e educação, impondo uma série de agravos específicos às vulnerabilidades. Barreiras que se manifestam, por exemplo, inviabilizando tanto o comparecimento a atendimentos e consultas, quanto às visitas domiciliares;

e) as estratégias inventadas pelos próprios moradores, como as iniciativas locais de promoção de espaços de diálogo, de educação popular e de participação junto a equipamentos públicos e dispositivos institucionais, como a UFRJ.

Devido à limitação do tempo, é preciso situar apenas de forma sintética, o contexto da Maré, com o qual me relacionei nesse período, para então apresentar algumas reflexões extraídas da pesquisa *Construindo Pontes*, realizada entre 2019 e 2021, e por fim, circunscrever o debate sobre o fenômeno da Violência Armada e o processo de urbanização militar

Um mosaico chamado Maré

Segundo o IBGE¹, em 2019, havia, no Brasil, 13.151 favelas, que concentravam mais de cinco milhões de domicílios e na capital fluminense, aproximadamente, 450 mil domicílios. No Rio, portanto, estima-se que mais de 1.400.000 habitantes morem em 1.074 favelas².

Essa considerável parcela de 22,8% da população carioca vivencia, em seu cotidiano, iniquidades sociais e ambientais intrínsecas à formação histórica brasileira, e se expõe a processos que reproduzem e reforçam a lógica de um capitalismo periférico, dependente, em cujo âmbito são hipertrofiados o patriarcado e os mecanismos de contenção e segregação da população pobre e negra. O racismo sistêmico, associado ao desenvolvimento urbano desigual, impõe aos moradores e às moradoras dos territórios favelados da capital do estado do Rio condições precárias de habitação (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014), assim como interdita o acesso aos espaços produtivos e criativos da cidade – o que não significa que as próprias comunidades não produzam e criem, com recursos e talentos próprios, até mesmo como forma de resistência –, quando, por exemplo, torna excessivo e, portanto, exaustivo o gasto de tempo no transporte público, devido à superlotação, derivada da insuficiência de meios disponíveis, e à precariedade dos serviços. (TELLES, 2015) Outros efeitos nefastos dos fatores estruturais referidos são as dificuldades de acesso aos equipamentos públicos de educação, saúde, assistência social e cultura. Acrescento, ainda, no inventário dos problemas mais graves enfrentados pelos moradores de comunidades, a violência das polícias e de grupos armados, de tipos variados. Desse universo tratarei, em detalhes, adiante.

É neste cenário em que se insere a Maré, uma área de quase 420 hectares, na zona norte da capital, que abrange 16 comunidades, configurando-se como o maior conglomerado de favelas do Rio. Localizada à margem da Baía de Guanabara, o território corresponde a um espaço central da cidade, atravessado por três vias importantes: Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela.

Entre os 161 bairros, reconhecidos oficialmente na cidade, o bairro Maré é o 9º mais populoso, com um contingente de 140 mil moradores, comparáveis, portanto, aos de Copacabana ou da Barra da Tijuca. Hoje, estima-se que sejam 40 mil, os domicílios da Maré, distribuídos em comunidades com fisionomias distintas, características próprias, diferentes contextos de ocupação, costumes e culturas diversas.

A esmagadora maioria da população que ocupou “espontaneamente” a Maré *migrou* do Nordeste brasileiro, especialmente da Paraíba, e assistiu à chegada de contingentes removidos por programas habitacionais que visavam erradicar favelas da Zona Sul e do Centro da capital. As singularidades das favelas que se estabeleceram nessa região trazem até hoje as marcas desse processo de formação, nas relações interpessoais, nas visões de mundo e nas modalidades de ocupação. (SILVA, 2015).

Segundo a literatura relativa à questão das favelas no Rio, até os anos 1970 as políticas públicas ali executadas caracterizavam-se por uma lógica de contenção das classes populares, através de remoções forçadas de seus moradores para conjuntos habitacionais distantes da localidade original, com forte viés higienista e assistencialista (BURGOS, 1998;

¹ <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=2101717>

² <https://www.data.rio/pages/rio-em-sntese-2>

VALLADARES, 2005). Os estudos indicam, ainda, que os últimos anos da ditadura militar (1970-1985) foram marcados pelo início dos confrontos entre quadrilhas de assaltantes, facções do jogo do bicho e os recém-chegados grupos de traficantes, varejistas de drogas, e as forças policiais (MISSE, 1999; ZALUAR, 1999)

Voltando à Maré, quem se aproxima da região, por exemplo, pela Avenida Brasil, entre as passarelas 08 e 09, irá se deparar com barracas improvisadas que cobrem a calçada e disputam o espaço público com transeuntes, vans e ônibus. Nas principais vias de acesso à Nova Holanda, Parque Maré e Parque União, encontra-se um comércio dinâmico de restaurantes, bares, lojas de roupas, utensílios domésticos e celulares. Crianças correm pelas ruelas, com mototáxis cruzando e buzinas de carros. Sons diversos em alto volume disputam a audiência dos transeuntes. Já quem se aproxima pela Linha Vermelha encontrará apenas uma via de acesso público ao território e um extenso muro com painéis de acrílico, erguido em 2011, criticamente batizado como o “Muro da Vergonha”. Segundo a percepção dos moradores, sua finalidade teria sido esconder a área dos turistas que visitariam a cidade durante a realização dos megaeventos Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016).

Nesse período, muitos estudos demonstraram que ocorria na região um processo de inflexão da lógica militarizada, que quase sempre orientou a política de segurança no Rio. Digo quase sempre porque, durante os governos Brizola, houve uma importante tentativa de mudança e, em 1999, a orientação foi alterada, mas a transformação foi politicamente derrotada, com o “exílio” de sua liderança, e não teve sequência (SOARES, 2000).

Entre 5 de abril de 2014 e 30 de junho de 2015, as Forças Armadas ocuparam a Maré, com o objetivo político, como os analistas afirmaram na época, de pacificar a região para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e estabelecer condições para a implantação de uma UPP – o que nunca aconteceu. Durante 15 meses, a região esteve sob controle de militares das Forças Armadas, oriundos de diversas regiões do país. O contingente variava entre dois e três mil soldados em plantões diários, sem formação para lidar com as tramas de um território complexo, e era constantemente renovado, ocupando o território com tanques de guerra, em caráter contínuo e permanente. Nessa intervenção foram gastos R\$ 529 milhões para a manutenção da tropa – R\$ 35,3 milhões por mês, ou seja, R\$ 1,18 milhão por dia (Anuário Brasileiro de Segurança Pública)³.

Neste ponto, abro uma janela na sequência da exposição: em outubro de 2013, alguns meses antes da intervenção e após a instalação das UPPs nas favelas de Manguinhos e Jacarezinho, abrangendo a área onde na época se situava a maior “cena de uso” de crack do Rio de Janeiro, ocorreu considerável migração de usuários daquele local para as margens da Avenida Brasil, na vizinhança do Parque União, uma das comunidades da Maré. Em contraste com as cenas típicas do Rio, a grande visibilidade desse espaço de consumo, instalado numa das principais vias expressas da cidade, chamou a atenção da imprensa e dos moradores, que passaram a clamar às autoridades por “soluções” para o problema, sobretudo considerando-se a excepcionalidade daquele momento, um período pré-copa do mundo. Como sublinha Taniele Rui (2015): “considerável número de indivíduos, que com seus corpos, movimentações e ocupações inusitadas se tornam visíveis para a cidade, incita à produção de distintos aparatos de gestão, tratamento e atenção”. Mas foi a tentativa de afastamento da visibilidade pública que surgiu, naquele momento, um dos principais motores

³ <http://www.observatoriodaintervencao.com.br/>

das estratégias voltadas às cenas abertas de usuários de crack que se pode observar. (SILVA, 2017)

Agentes institucionais, ouvidos pela Pesquisa de que participei como supervisora (SILVA, 2017) estimavam em cerca de 500 pessoas, entre moradoras e frequentadoras da cena Avenida Brasil/Parque União, entre 2013/2014. As sucessivas intervenções de agentes de segurança pública e a ampla divulgação dessa “cracolândia” despertaram preocupações também em grupos criminosos armados, que, temendo riscos para o controle dos espaços sob sua influência e possíveis prejuízos para o comércio de drogas, “proibiram”, num primeiro momento, a venda e o consumo de crack na favela Parque União. Entretanto, a partir da negociação entre esses grupos e a Associação de Moradores local, a cena de consumo foi transferida para um espaço delimitado, dentro do Parque Maré. Não exatamente “dentro”, pois o local da instalação era uma esquina próxima da Avenida Brasil, em área comercial, no limite da residencial. De qualquer modo, um “dentro” instável, na fronteira entre territórios controlados por dois grupos criminosos rivais. O arranjo encontrado para a permanência da “cena” na rua Flávia Farnese ocorreu com a responsabilização da Associação de Moradores do Parque Maré pelo controle e pela assistência, promovida pela rede de serviços públicos e grupos voluntários, aos usuários de crack ali instalados.

Com a entrada das Forças Armadas na Maré, em abril de 2014, reduziram-se consideravelmente os confrontos entre os grupos criminosos armados, o que contribuiu, paradoxalmente, para a fixação da cena de consumo e para sua organização interna. Ao contrário do que vinha ocorrendo nas áreas de instalação de UPPs, a ocupação militar da Maré, entre abril de 2014 e maio de 2015, não implicou a remoção da cena de consumo de crack, como de início os usuários temiam. Seja pelo diálogo, das associações de moradores locais, da Universidade (aqui nossa equipe se fazia representada) e da Redes da Maré, com o comando das tropas de ocupação, seja pelo fato de essa ocupação não ter como objetivo imediato o combate à venda e ao consumo de drogas – e sim o controle armado de algumas das favelas da Maré para posterior instalação de UPPs. Por isso, especialmente, tornou-se possível a permanência dos usuários de crack e sua fixação na rua Flávia Farnese.

Entre fevereiro e setembro de 2015, a Redes da Maré, em parceria com People's Palace Projects Brasil, realizou outra pesquisa, denominada “Percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré”, entrevistando 1.000 moradores, com idades entre 18 e 69 anos, e distribuídos por todas as comunidades da região, que vivenciaram a ocupação, especialmente do Exército. Segundo os coordenadores do estudo, Eliana Sousa Silva e Paul Heritage, o maior legado dessa experiência foi a criação de um literal *front* de guerra na região e, por fim, mas não menos importante, a falta de resultados positivos sobre o controle do uso das armas no território. Pelo contrário, os grupos armados locais passaram, depois da intervenção militar, a utilizar armamentos ainda mais pesados, se tornaram mais rigorosos no controle do direito de ir e vir, e empregaram mais adolescentes e crianças do que antes daquela experiência (SILVA, 2017).

Durante minhas caminhadas pelas ruas do território, após a saída do Exército, em 2015, para reuniões com moradores da “cena de uso”, fiquei impactada (do mesmo modo que me impactara a chegada dos tanques de guerra) com as mudanças drásticas de um outro cenário, também avassalador. Após tantos anos de circulação na região, me surpreendi com as novas configurações dos espaços de circulação, que estavam sendo ocupados por um número expressivo de crianças entre 10 e 12 anos, no horário escolar, consumindo drogas

nas bocas e ruelas. Além disso, a presença das armas nas mãos de muitos jovens se tornou mais ostensiva do que nunca.

Aqui faço uma digressão para falar de outra experiência que marcou minha relação profissional e afetiva com o projeto Espaço Normal da Redes da Maré. É sobre Carlos Roberto Nogueira, 32 anos, também conhecido como “Normal”, uma liderança local da cena de consumo e moradia da Rua Flávia Farnese/ Parque Maré. O conhecia desde o início do projeto, em 2015, quando então Normal ajudava a equipe de pesquisa a construir vínculos com a cena e a consolidar sua atuação naquele espaço. Normal era um exemplo concreto das complexidades, desejos e potências que atravessam as trajetórias das pessoas que estão em situação de rua. Em janeiro de 2018, enquanto o Espaço era preparado para ser inaugurado, Normal morreu vítima de bala perdida, devido um confronto entre Grupos Armados. O nome do *Espaço Normal* se deu, então, como homenagem a Carlos e todas as pessoas que, como ele, tiveram e têm suas vidas marcadas pela violência produzida no território⁴.

Vários estudos e análises da época vão indicar que após a prisão dos grandes líderes das facções do tráfico de drogas e o fim dos megaeventos, as Unidades de Polícia Pacificadora começaram a mostrar sinais de que não mais se efetivariam como dispositivo de controle de certas populações (no caso, os moradores de favelas) e de gestão da ordem. Passa-se a observar naquele período, cada vez mais, o crescimento vertiginoso dos chamados “confrontos” nas favelas do Rio, com aumento dos tiroteios, dos homicídios provocados por policiais, das mortes violentas em geral e de outros índices de violência.

Nesse período também, após o golpe contra a Presidente Dilma, é importante destacar uma experiência em que tivemos participação ativa, via projeto de extensão, e que considero um ato de resistência inédito, organizado pelo fórum “Basta de Violência! Outra Maré é possível!”, em maio de 2017: cerca de cinco mil pessoas percorreram as principais ruas das favelas da Maré, até a divisa, chamada “faixa de gaza”. Vale lembrar: somente de janeiro a abril daquele ano, 18 pessoas morreram atingidas por disparos na região. O número superava as 17 mortes que ocorreram ao longo de 2016. Para muitos interlocutores, parte do aumento desses “confrontos” era associada a uma reconfiguração – que precisa ser melhor estudada – da dinâmica dos grupos armados, depois da derrocada das UPPs.

O Governo Temer, em fevereiro de 2018, decretou uma intervenção na área de segurança pública no estado do Rio de Janeiro, designando o general do Exército Walter Souza Braga Netto, como interventor que passaria a ter comando direto sobre as polícias estaduais, sobre o Corpo de Bombeiros e sobre a Secretaria de Administração Penitenciária até 31 de dezembro desse ano⁵.

Conforme dados do Observatório da Intervenção, de fevereiro a dezembro de 2018, ocorreu um aumento de 33,6% no número de pessoas mortas pelas polícias – foram 1375, em números absolutos –, em relação a 2017. Do conjunto das mortes violentas que ocorreram, 22,7% foram cometidas por policiais e militares. Além disso, de acordo com o Monitor da Violência, o Rio de Janeiro se transformou no estado com a maior taxa de mortes provocadas por policiais: 8,9 a cada 100 mil. “Os paralelos entre a ocupação da Maré de 2014 e a intervenção de 2018 podem ser vários. Os dados ilustram uma história sobre a maneira de fazer política de segurança pública no Rio de Janeiro, através do confronto e da

⁴ <https://www.redesdamare.org.br/br/info/71/espaco-normal>

⁵ <http://www.observatoriodaintervencao.com.br/a-intervencao/contexto/>

marginalização das camadas mais pobres da população, elegendo a favela como território hostil e inimigo. Embora alguns personagens tenham mudado, a narrativa da “paz militarizada”, não seria novidade para a Maré (OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO MILITAR, 2018).

De acordo com dados do boletim de Olho na Maré – Monitoramento e Enfrentamento às Violências –, entre 2016 e 2022, ocorreram 145 operações policiais e 114 confrontos entre grupos armados. Juntos, esses conflitos causaram 172 mortes de moradores, na maioria homens negros, e interromperam por 94 dias o acesso às unidades de saúde e por 70 dias o acesso às aulas, em determinadas comunidades⁶.

Destaco, aqui, nesse cenário de horror, um outro fato, que considero histórico, inédito e inspiração de resistência, na trajetória das favelas do Brasil: no contexto da pandemia, em 2020 e 2021, foi necessário que moradores de comunidades (não apenas da Maré), coletivos, organizações, partidos políticos e movimentos sociais solicitassem a suspensão das operações policiais para evitar o agravamento da crise social e sanitária nas favelas do Rio de Janeiro. A suspensão se concretizou por decisão liminar expedida pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), em junho de 2020, acolhendo a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 635). Um dado merece aprofundamento cuidadoso, mas foge do tempo e do escopo deste artigo: a decisão reduziu significativamente a letalidade na Maré (e não apenas lá), seja por suprimir os efeitos diretos da brutalidade policial, seja por viabilizar o funcionamento ininterrupto dos serviços de saúde. Por isso, o resultado agregado referente a 2020 indicou uma queda do número de operações policiais, de 39 para 16 – mesmo assim, foram suficientes para provocar a suspensão do atendimento nas unidades de saúde por oito dias. O número de mortes caiu de 34 para 05 e o de pessoas feridas, de 45 para 17. Importante ressaltar que as mudanças ocorreram após um primeiro trimestre que vinha seguindo o padrão de 2019. A redução das operações policiais, em 2020, implicou uma queda de 59%, em relação a 2019.

Por outro lado, os confrontos entre grupos armados passaram de cinco, em 2019, para 26, em 2020. No entanto, o aumento dos confrontos não se traduziu em aumento de mortes ocasionadas por essas ocorrências: o número de vítimas fatais caiu de 15, em 2019, para 14, em 2020, segundo o boletim Direito à Segurança Pública na Maré. Entre julho de 2021 e 2022, começa a ocorrer o descumprimento da ADPF e assim registraram-se 30 mortes violentas na Maré, sendo 23 frutos da violência armada. Dessas, 11 foram motivadas por incursões policiais e 13 por conflitos entre grupos armados que dominam os territórios. As vítimas da letalidade violenta foram, mais uma vez, em sua maioria, jovens pardos e negros, que representam, na média dos últimos seis anos, 92% casos (Idem).

A partir desses breves dados, constata-se que as duas “pacificações militarizadas” na Maré deixaram como legado: a disseminação da militarização como dispositivo de contenção dos trabalhadores, moradores das favelas, e de todos aqueles classificados, dentro dessa lógica, como “insurgentes urbanos” (ROCHA, 2019). A plataforma com a qual o ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, foi eleito – marcada por discursos contrários aos Direitos Humanos e defendendo maior repressão e punições mais severas – é uma evidência dessa propagação. A expansão ostensiva das milícias é outra (HIRATA, 2021)

⁶ <https://www.redesdamare.org.br/br/info/22/de-olho-na-mare>

Considero que a inflexão decisiva nesse cenário político, no qual a morte se tornou o horizonte de governo – ou uma Necropolítica (MBEMBE, 2016) –, foi justamente a intervenção das Forças Armadas, ocorrida em abril de 2014, na Maré. Tudo indicava, há 10 anos, um cenário favorável à consolidação da militarização como forma fundamental de realização da negrogovernança (VIANNA, 2018), bem como da governança criminal, tendo a normalização da guerra como o seu paradigma político (RIBEIRO; SOARES; KREZNINGER, 2021).

Em outras palavras, o incremento quantitativo (de mortes, equipamentos, tecnologias, “recursos humanos” militares, recursos econômicos vultosos) permitiu uma mudança qualitativa nas formas combinadas de gestão urbana e da ordem, no caso da Maré, no Rio de Janeiro (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014; GRAHAM, 2016; BUENO, 2018; MAGALHÃES, 2021). Seguindo a ótica de Alexandre Magalhães (2021), isso vem sendo possível, entre outros fatores, em função das inúmeras experimentações militarizadas, tanto aquelas que foram realizadas em favelas e periferias cariocas e brasileiras, como também na Colômbia e, sobretudo, no Haiti. Tal configuração macroestrutural também repercute, atualiza e aprofunda formas de controle violento e da produção da guerra contra populações ao longo de nossa história, como aquelas que foram dirigidas, desde o período colonial, às populações indígenas e quilombolas (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014).

Considerações sobre o estudo “Construindo Pontes”

Situado o contexto de minha experiência na Maré, especialmente nesses últimos 10 anos, neste terceiro ponto, devido mais uma vez à limitação do tempo, vou descrever de forma breve o caminho da pesquisa “Construindo Pontes”⁷, realizada entre 2019 e 2021, que buscou levantar dados quanti-qualitativos que ajudassem na compreensão dos efeitos desses diferentes regimes de controle territorial extralegal sobre a vida e a rotina de moradores e moradoras da Maré. Em especial, nossa equipe de pesquisadores das Ciências Sociais se interessava em aprofundar a percepção dos efeitos (ou não) da violência armada nas condições de saúde e no bem-estar da população adulta da Maré.

Na primeira fase de campo, que durou seis meses, seis pesquisadoras, moradoras da Maré e de outros contextos periféricos, entrevistaram 1.211 moradores, em domicílios escolhidos aleatoriamente, segundo orientação amostral (porque nem tudo que parece aleatório o é, de fato). Semanalmente, fazíamos supervisões para discutir os casos, a entrada nos territórios e as necessidades de encaminhamento de eventuais decisões operacionais e logísticas. Numa outra frente, as pesquisadoras também entrevistaram, dentro do Espaço Normal, 200 usuários de crack, álcool e outras drogas, que frequentavam as cenas de uso da Maré. Já na segunda fase, qualitativa, várias abordagens foram adotadas, devido à pandemia de Covid-19. Realizaram-se 20 entrevistas, de forma híbrida (remota ou presencial); sete entrevistas com profissionais das políticas sociais que atuavam na Maré; e três grupos focais, que reuniram jovens artistas e participantes de projetos artísticos, profissionais da RAMM –

⁷ O projeto, desenvolvido ao longo de três anos, reuniu pesquisadores de várias áreas –ciências sociais, saúde, economia e cultura– da Redes da Maré, da ESS/UFRJ, UFRGS e do People’s Palace Projects da Universidade Queen Mary, de Londres, e se desdobrou em quatro publicações que tratam do tema, a partir de abordagens diversas, além de um boletim com infográficos da pesquisa. Os resultados da pesquisa estão disponíveis: <https://peoplespalaceprojects.org.uk/pt/publications/construindo-pontes/>

Rede de Apoio às Mulheres da Maré –, contando também com a participação das próprias entrevistadoras que aplicaram os questionários de casa a casa.

Esse estudo, além de pioneiro no campo acadêmico e temático, devido à metodologia que combinou diferentes fontes de dados e ao tamanho da amostra, tornou-se relevante, principalmente, pela gravidade do contexto de violência armada em um cenário de ausência de guerra civil, assim como pela relativa escassez de informações, em grande escala, sobre as consequências na população, nas esferas social, cultural e da saúde mental. Além disso, a pesquisa possibilitou um contato direto com os moradores, que literalmente abriram suas portas para uma reflexão sobre quadro geral dos incidentes relacionados à violência armada e seu possível impacto não só em suas vidas individuais, mas na vida da comunidade como um todo. A produção de conhecimento acerca do tema, mais do que necessária, era urgente, como mecanismo de resistência, disseminação de informação e criação de agendas e de novos atores, dispostos a se envolverem no debate sobre políticas públicas. Dessa maneira, buscávamos colaborar na qualificação das redes de apoio e de atenção à saúde mental e à proteção social na região.

Com base no referencial crítico dialético, inspirado em autores como David Harvey, Milton Santos e Clovis Moura, entre outros, nossa equipe interdisciplinar, oriunda das ciências humanas, manteve ativo um grupo de estudo e análise dos dados em que se debatiam, cuidadosamente, os achados, seus dilemas e as implicações éticas da sua divulgação, mantendo pressupostos teóricos e metodológicos que alinhavam, apesar das diferentes formações, as análises dos resultados, entendidos, consensualmente, como expressões das iniquidades estruturais e do racismo, inscritos nas relações de classe típicas do capitalismo autoritário brasileiro e associados, tanto à violência institucional produzida por agentes do Estado, quanto à ação contínua de distintos grupos armados, que afetavam de diferentes formas não apenas moradores da Maré, como os demais segmentos populares fluminenses. As análises que empreendíamos, nessa ótica, no Projeto Construindo Pontes, levaram em consideração o contexto mais amplo, bem como a potencialidade associativa e participativa dos grupos submetidos aos poderes locais despóticos, fossem eles exercidos por traficantes, milicianos ou policiais.

Como demonstrado no item anterior, a população moradora das comunidades da Maré vive cotidianamente exposta a múltiplos fatores de estresse – alto índice de exclusão socioeconômica, elevados níveis de violência, acesso limitado a redes e instituições culturais, entre outros. Localizar a presente pesquisa na região da Maré é especialmente relevante, uma vez que permite contextualizar o estudo em um bairro, um território complexo, onde se encontram diferentes aspectos da problemática: moradores que vivem em diferentes contextos e modalidades de insegurança e violências crônicas. Desde o planejamento da pesquisa, delimitamos um conjunto de hipóteses sobre as relações entre experiências de violência, sentimento de insegurança e seus impactos sociais e psicossociais. Tarefa nada trivial.

Nesta apresentação, interessa, contudo, destacar uma hipótese em particular, a qual, inclusive, orientou o desenho da amostra do *survey* domiciliar. Ei-la:

As áreas sob diferentes regimes de controle territorial, sob domínio do tráfico ou de milícias, mostram diferenças em determinadas variáveis, representando níveis distintos de exposição à violência armada, segundo diferentes arranjos político-institucionais, sobretudo

relacionados às formas de atuação do Estado e às relações dos diferentes grupos criminosos com as agências de segurança pública. (RIBEIRO et al., 2022; KRENZINGER et al., 2021)

Com base nesta hipótese, o desenho da amostra utilizado no *survey* domiciliar empregou procedimentos de estratificação e probabilidades de seleção de indivíduos para serem entrevistados. O conjunto de comunidades que compõem o território da Maré foi então dividido em três estratos geográficos, definidos segundo metodologia já consolidada em pesquisas realizadas pela ONG Redes da Maré, levando em conta aspectos socio urbanísticos e habitacionais, mas, principalmente, a delimitação dos domínios dos diferentes grupos armados.

O primeiro estrato (Área 1) reuniu quatro das 16 favelas, continha 24% da população adulta da Maré e estava sob domínio da facção do tráfico varejista de drogas Comando Vermelho (CV). O segundo estrato (Área 2) era maior, reunindo nove favelas, 60,5% da população adulta, e sendo controlado pela outra facção do tráfico de drogas, o Terceiro Comando Puro (TCP). Finalmente, o terceiro estrato (Área 3), formado por três comunidades, reunia apenas 15,5% da população adulta da Maré e era dominado por um grupo miliciano, embora uma de suas favelas, com histórico de atuação de milícias, naquele momento estivesse sob o controle do tráfico de drogas.

Os resultados do estudo indicaram que os três estratos tinham perfis demográficos e socioeconômicos muito semelhantes, em termos da composição da população por sexo, raça e faixas etárias, alfabetização e escolaridade, condições ocupacionais e de renda. Contudo, apresentaram perfis bastante distintos em relação às experiências de vitimização e exposição à violência armada, e também à distribuição do medo e sentimento de insegurança, com consequentes reflexos em indicadores de saúde mental e bem-estar subjetivo (KRENZINGER et al., 2021).

A título de ilustração, cito alguns dados:

Experiências de violência e vitimização ocorridas nos últimos 12 meses na Maré (aplicada no 2º semestre de 2019)	Regiões da Maré			Razão tráfico/milícia
	Área 1 Tráfico	Área 2 Tráfico	Área 3 Milícia	
Restrição no acesso a equipamentos públicos devido à violência armada	64,6	57,0	3,9	15,6
Teve sua casa invadida	19,9	10,7	1,3	12,2
Esteve em meio a um tiroteio	49,7	47,9	4,8	10,2
Viu alguém sendo baleado ou morto	22,6	14,7	2,1	9,0
Viu alguém sendo espancado ou agredido	29,6	23,0	7,3	3,6
Prejuízo no trabalho ou escola/universidade devido à violência	38,4	36,7	4,5	8,4

Fonte: Pesquisa Construindo Pontes, 2021

Em suma, os percentuais da população adulta que sofreram ou experimentaram violências ou eventos relacionados a conflitos armados, atividades de controle territorial ostensivo realizadas pelos grupos criminosos ou violações perpetradas por agentes policiais, foram sistematicamente mais elevados nas áreas 1 e 2, sob domínio de facções do tráfico de drogas, do que na Área 3, dominada por uma milícia.

Considerada a média dos percentuais de moradores que tiveram restrição no acesso a equipamentos públicos, devido à violência armada, nas áreas 1 e 2, por exemplo, chega a 15

vezes a mais os resultados atinentes aos territórios dominados pelo tráfico em relação às áreas de milícia. Na mesma linha, o percentual de moradores que tiveram suas casas invadidas, no período de um ano, nas áreas do tráfico, foi 12 vezes o percentual registrado nas áreas da milícia. No que se refere à experiência de ter estado em meio a um tiroteio, a relação foi igual a dez vezes. O mesmo se repetiu para uma série de marcadores que representavam a exposição de moradores e moradoras às dinâmicas do que chamamos violência armada, incluindo perdas materiais, prejuízos no mercado de trabalho e diferentes formas de agressão. No que se refere ao medo, ao sentimento de insegurança e a percepções de risco e perigo, as regiões controladas pelos grupos do tráfico de drogas mostraram também desvantagens comparativas, apresentando percentuais de medo frequente –quando a pessoa relatava sentir medo muitas vezes, quase sempre ou sempre –, consistentemente superiores aos registrados na área dominada pela milícia (RIBEIRO et al., 2022).

Os resultados reforçaram a importância da estratégia adotada na construção/representação territorial da amostra que, antes de ser metodológica, foi analítica e política. Se os dados estivessem agregados dentro do bairro Maré, essas particularidades estariam invisibilizadas. As distinções observadas entre as Áreas 1 e 2, nas quais atuam grupos que traficam drogas, revelaram-se irrelevantes, mas as diferenças verificadas entre ambas e a Área 3 foram extremamente significativas e consistentes.

Quem ignora a realidade do Rio de Janeiro, desconhece a complexidade da Maré e desconsidera a dimensão qualitativa da presente pesquisa poderia ser levado a concluir, de forma apressada, que há superioridade constatada na qualidade de vida, nas percepções de bem-estar e na saúde, física e mental, dos moradores da Área 3, isto é, a presença da milícia seria, portanto, eminentemente virtuosa em seus efeitos, embora ilegal e coercitiva.

Essa leitura dos dados padeceria de um erro elementar: o fator decisivo para tanta discrepância é a violência armada e, comparadas as suas modalidades, a mais assustadora e danosa, mais imprevisível e destrutiva, é aquela provocada por megaoperações policiais.

Há confrontos armados entre os grupos que atuam nas duas primeiras áreas e seus efeitos deletérios são amplamente reconhecidos, mas eles são superados em magnitude, extensão e intensidade do horror, conseqüentemente, em gravidade, pelas operações policiais, que não ocorrem na área três. E não ocorrem por uma razão elementar: o que define as milícias é sua vinculação às polícias, seja porque seus componentes são policiais ou expoliciais, seja porque são parceiros e sócios dos empreendimentos criminosos. Assim, a presença da milícia, que prospera e se perpetua graças à cumplicidade de segmentos policiais corruptos, implica e pressupõe um pacto de não agressão entre atores associados, cada qual de um lado da lei – distinção que, entretanto, o próprio pacto subverte.

Em síntese, a área 3 se beneficia não da presença da proteção miliciana, que cobra pela provisão de segurança que não lhe foi demandada e pune, despoticamente, quem desobedece ao seu comando, mas da inexistência de incursões policiais, principal fonte da violência armada. A pesquisa, sem negligenciar os efeitos nefastos da violência armada perpetrada pelos grupos ligados ao varejo do tráfico – seja em atos isolados, seja nos confrontos em que se chocam, disputando domínio econômico ou micropolítico sobre territórios –, demonstra que incursões policiais e megaoperações constituem a causa mais grave para os efeitos decorrentes da violência armada nos planos individual e coletivo no bairro Maré. A comparação com a realidade social da única área livre de invasões policiais oferece evidências suficientes para nossas conclusões.

Defendemos que o contexto em que se inscrevem as questões abordadas pela pesquisa deve ser descrito, sinteticamente, como o bloqueio à vigência do Estado democrático de direito para a população da Maré, realidade que se estende para muitas favelas e periferias do País. O contexto, em outras palavras, é produzido pela incidência combinada e repetida de violações cometidas pelo Estado, seja por negligência na provisão de políticas públicas e na garantia de acesso a direitos, previstos constitucionalmente, seja por forças policiais. As violações perpetradas diretamente pelas polícias se realizam sob a forma de brutalidade ilegal e de execuções extrajudiciais, que permanecem impunes ao longo dos anos, ou sob o modo da mais completa omissão ante o desafio à ordem legal representada pela milícia

Considerações finais sobre os efeitos e respostas à violência armada

a) *Debate sobre os efeitos*

A revisão de literatura que estamos realizando de forma sistemática, nos últimos dez anos, indica que o debate no Brasil e na América Latina sobre o fenômeno da “violência armada”, suas expressões e efeitos na vida comunitária de países que não estão em guerra, vem ocorrendo através de pesquisas qualitativas (SILVA, 2021) e epidemiológicas no campo da saúde, especialmente da saúde mental (DELGADO, 2012), com ênfase na questão do estresse pós-trauma, decorrente de conflitos armados (SOARES e BORGES, 2006). No campo das ciências humanas e sociais, há farta bibliografia produzida por núcleos de pesquisa e especialistas na área, que se tornaram referência⁸ no país, particularmente localizados no estado do Rio de Janeiro, e que vêm estudando a violência letal nas favelas do Rio, associada à questão da guerra contra as drogas, assim chamada em função da lógica belicista, adotada pelas polícias, e proibicionista, seguida pelas políticas criminais⁹.

No âmbito da América Latina, Colômbia destaca-se como o país que mais produziu pesquisas sobre a temática, focalizando, como seria natural, suas questões específicas, ou seja, os conflitos armados entre grupos paramilitares e guerrilheiros, sem concentração em territórios específicos (KREZNINGER et al., 2021; OSLENDER, 2014).

A Redes da Maré, a partir das pesquisas, em grande escala, que vem sendo realizadas em parcerias com Universidades (e algumas delas pode participar como copesquisadora ou coordenadora), define violência armada como um fenômeno intrinsecamente ligado à presença e circulação (visível e invisível), de armas para manutenção do domínio territorial, que trazem, como consequência, um conjunto de violações individuais e coletivas, as quais alteram, de forma recorrente e imprevisível, o cotidiano das pessoas devido a tiroteios, operações policiais, ocupações militares, confrontos entre grupos armados, homicídios, mortes por intervenções de agentes do Estado, feridos, fechamento de equipamentos públicos, como escolas e postos de saúde, fechamento de equipamentos privados, como comércios, danos materiais ao patrimônio, subtração de pertences e extorsão praticada contra

⁸ Cito, entre vários, alguns núcleos, localizados no estado do Rio de Janeiro, que se tornaram referência na produção de pesquisas sobre violência urbana armada, como o Laboratório de Análise da Violência, da UERJ- LAV; o Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflitos e Violência Urbana, da UFRJ - NECVU-; o Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos, da UFF-GENI; e o Centro de Estudos sobre Segurança e Cidadania CESEC.

⁹ Registramos a produção científica realizada no Rio de Janeiro, cuja concentração de publicações abrange um conjunto de pesquisas e estudos sobre violência, medo e insegurança nas favelas do estado, com destaque, entre outras contribuições, aos trabalhos de SOARES, LE (1996, 2019); ZALUAR (1999); MISSE (1999); LEEDS (2004); SOARES, G (2006); CANO, BORGES e RIBEIRO (2012); MACHADO SILVA (2008); HIRATA et al. (2021); RAMOS (2018); BIRMAN et al. (2015).

moradores, invasão de domicílio, agressões físicas e verbais, tortura, cárcere privado e restrições da mobilidade e da circulação. Tais violações, trazem também danos emocionais e psicológicos – até mesmo porque violência letal significa perda de familiares e amigos (KREZNINGER et al., 2021).

Estudos publicados e realizados no Brasil vêm demonstrando que, invariavelmente, os jovens pretos têm sido as principais vítimas desta violência armada descrita acima. Ainda que essas publicações existam em grande quantidade, em sua maioria oriundas e dirigidas ao campo da epidemiologia, as análises do impacto que provocam as mortes violentas, em níveis individual, comunitário, econômico e político, permanecem em minoria (CANO e RIBEIRO, 2007). Na literatura estudada – vale reiterar, ainda incipiente em nível nacional – , os familiares próximos das vítimas de homicídio têm sido reconhecidos como pessoas vitimizadas, que sofrem de forma imediata ou subsidiária a violência do ato, sendo, muitas vezes, classificados em categorias como “sobreviventes do homicídio”, “covítimas”, “vítimas secundárias” e “vítimas ocultas” (SOARES e DORIAM, 2016).

Em nível internacional vale citar a revisão de 129 estudos publicados pela revista científica *The Lancet* (OPAS BRASIL, 2019)¹⁰ demonstrando que uma em cada cinco pessoas (22%) que vivem em áreas afetadas por conflitos armados apresenta sintomas de depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno bipolar ou esquizofrenia.

Os estudos do tipo qualitativo, realizados na cidade do Rio de Janeiro, evidenciam que presença coercitiva de armas aparece como produtora implícita da “lei do silêncio”. Entre os resultados apresentados, a partir da análise de narrativas, destaca-se a associação entre o sofrimento vivenciado e o contexto em que, especialmente as mulheres entrevistadas vivem. Nesse caso, verifica-se a relação entre a questão de gênero e a sensação de insegurança física e psicológica, sensação de insegurança cuja referência de proteção são tanto as próprias mulheres, quanto seus familiares (KREZNINGER et al., 2021).

Destaco, ainda, no campo da saúde, publicação da Cartilha de Prevenção à Violência Armada em Manguinhos, da FIOCRUZ, de 2019¹¹, que aborda o impacto desta modalidade de violência na saúde de moradores e trabalhadores do território. Segundo a pesquisa o sofrimento psíquico foi o agravo mais percebido entre os 88 moradores e moradoras entrevistados/as: 80% responderam que a violência armada afeta sua saúde, de sua família ou de pessoas próximas. Outro dado expressivo diz respeito aos agentes da Segurança Pública, que também são impactados. Conforme os dados da Comissão de Análise da Vitimização Policial da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que constam no material, todos os dias, de três a quatro policiais são afastados da Corporação com diagnósticos psiquiátricos. Em levantamento realizado no ano de 2018, período da intervenção militar, quase metade dos 1.320 militares licenciados em decorrência de problemas de saúde foi afastada por reações ao estresse grave. Os dados da Cartilha demonstram ainda, reitero, que durante a intervenção federal no Rio de Janeiro, entre fevereiro e dezembro de 2018, os 33 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) cariocas atenderam mensalmente, em média, 15 mil pacientes. O número era de 3 mil enfermos a mais do que o mesmo período no ano anterior.

¹⁰ <https://www.paho.org/pt/noticias/11-6-2019-lancet-uma-em-cada-cinco-pessoas-que-vivem-em-areas-afetadas-por-conflitos>

¹¹ <https://portal.fiocruz.br/documento/cartilha-de-prevencao-violencia-armada-em-manguinhos>

Com base na nossa experiência, especialmente nesses últimos 10 anos, de estudos empíricos na Maré, consideramos um imenso desafio captar as percepções dos moradores e moradoras e identificar os efeitos da violência armada em nível territorial, dado que suas expressões ocorrem subjetivamente na vida destes. Mesmo que sejam inúmeros e de difícil definição, é possível dizer que os atos de violência resultam em dor e sofrimento social impostos por uns contra outros. Por isso, seus efeitos compreendem tanto dimensões objetivas e concretas, como assistir à morte de alguém, perder direitos como a livre circulação e a manifestação de ideias, como também experiências subjetivas, que envolvem traumas, silenciamento e, muitas vezes, impossibilidade de elaboração do luto (KREZNINGER et al., 2018 e 2021).

b) *Sobre as respostas e os fatores que retroalimentam as dinâmicas da violência armada*

No caso particular do Brasil, a temática da violência começa a ser debatida como uma questão que exige respostas via políticas públicas intersetoriais, para além do controle do aparato policial, em meados dos anos 1980, em sintonia com o processo de redemocratização do País. Destaco aqui algumas teses que ajudaram a organizar o debate e se tornaram eixos de referência na minha trajetória profissional. Segundo Sérgio Adorno (1995), Kant de Lima (1995), Michel Misse (2006) Luiz Eduardo Soares (2000, 2006), que escreveram extensamente a respeito, sempre em diálogo com outras e outros autores, além da violência no Brasil se constituir como um fenômeno determinado sócio historicamente, deveria ser analiticamente associada à crise da institucionalidade do sistema de Segurança Pública, ao crescimento das desigualdades socioespaciais e raciais, à precariedade das respostas públicas, nas décadas de 1980 e 1990, apesar da transição democrática, e ao esvaziamento dos direitos da cidadania, no contexto em que se verificou o aumento da criminalidade violenta, fenômeno complexo e multifacetado que veio se diversificando desde meados da década de 1970.

Soares (2006, 2019) ressalta que o processo de reconstrução da democracia brasileira, em curso desde meados da década de 1980, se caracterizou por incongruências, especialmente quando se contrastavam a estrutura e as práticas das instituições da Segurança Pública com a lógica cidadã e includente que norteou outras políticas públicas, sobretudo nas áreas de Saúde e Assistência Social, como são os casos do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social. As instituições da Segurança Pública e o sistema penitenciário apresentaram e ainda apresentam significativas resistências à assimilação dos novos padrões e valores mínimos, como dignidade e equidade, que deveriam estar na base do Estado Democrático. No Brasil, a lógica autoritária, bélica e o teor majoritariamente repressivo do modelo hegemônico internacional de guerra às drogas e guerra ao “inimigo”, ao “estranho” produziram, nas periferias e favelas do Rio (e não só, é claro), o aumento da letalidade violenta em nível territorial, especialmente contra adolescentes e jovens, sobretudo negros, a intensificação dos confrontos armados e a expansão do poderio bélico neles mobilizados, o que estimulou o entrelaçamento de facções locais com a economia e a geopolítica do tráfico de armas internacional – não só de drogas.

Além disso, não custa reiterar, os fatores mencionados vêm promovendo, há décadas, um processo dramático de encarceramento massivo da população brasileira pobre, negra e

periférica, mediante o endurecimento das sanções penais previstas para crimes relacionados ao tráfico de drogas, reproduzindo e enrijecendo o padrão militarizado nas políticas de segurança, em contraste com as tendências que marcaram outras esferas institucionais, cujas características predominantes vinham sendo coerentes com o processo da redemocratização brasileira (SOARES e GUINDANI, 2007).

Outros aspectos da problemática também têm merecido especial atenção da nossa parte. A entrada de jovens pobres e pretos, em situação de exploração de trabalho infantil, no mercado de varejo do tráfico de substâncias ilícitas, descrita por farta literatura das Ciências humanas, os converte nos elos mais frágeis dos negócios ilegais (sobretudo de drogas e de armas de fogo). Cooptados, os jovens periféricos, ao se incluírem na cadeia econômica (produtiva e comercial) da “sociedade de consumo”, por meio desse tipo de atividade, buscam se fazer presentes e visíveis, conquistando territórios, experimentando o pertencimento e a valorização, alcançando alguma forma de reconhecimento social e defendendo seus espaços. No livro *Cabeça de Porco* (2005), histórias narradas descrevem o processo de trabalho do mercado da violência armada em nível territorial. Naquele período, antes do advento das UPPs, já desempenhavam tarefas desafiantes com disciplina militar, rígida hierarquia e sob a pressão frequente de ameaças, torturas, elevado risco de vida. Em poucas palavras: sob a mira de poderosas armas de fogo. Do ponto de vista das relações de poder, esses grupos, incluídos por dinâmicas criminais diversas, e na outra ponta, seus responsáveis (familiares), excluídos do mercado de trabalho formal, reproduziam o que existe de mais autoritário e cruel nas estruturas de poder patriarcal e racista da sociedade brasileira. Dentre os principais e mais perversos efeitos da dinâmica referida, destaco os altos índices de uma letalidade fratricida, fomentada pelo aparato policial do Estado, além do próprio modo como são naturalizadas tanto as mortes quanto a própria violência armada, presentes nas favelas e periferias brasileiras.

Mais uma dimensão requer reflexão aprofundada. Conforme já observado por diversos autores, existe uma notória e antiga caracterização negativa da favela, baseada principalmente nas noções de ausência, falta, carência, assim como na percepção e na representação desse espaço urbano como essencialmente arriscado, perigoso, insalubre e historicamente “identificado como território de propagação de doenças físicas e morais” (ZALUAR e ALVITO, 1998). A caracterização negativa acaba por gerar a produção de inúmeros processos de criminalização primária e secundária de seus moradores, influenciando de maneira direta e/ou indireta a própria formulação das políticas públicas voltadas para esses territórios e suas populações. Assim, como indicam vários autores da criminologia crítica, nas décadas de 70 e 80 do século passado, põe-se em movimento uma espécie de espiral perversa de produção e reprodução de procedimentos, análises, dispositivos, discursos e modos de subjetivação, fundamentalmente calcados em viés preconceituoso e comprometido com a reprodução das iniquidades. A visão negativa, historicamente construída e renovada das favelas, trouxe consigo a marca da violência difusa como traço distintivo desses locais. A tradição patrimonialista, patriarcal, racista e privatista do Estado brasileiro, que atua segundo interesses da elite econômica e política, explorando e precarizando o trabalho, faz com que não se reconheça e promova apropriadamente, segundo princípios das políticas públicas, os direitos de cidadania da população das favelas e periferias do país. Essa distorção da atuação institucional pública nesses espaços – que não é exatamente uma distorção, se considerarmos sua articulação com a natureza do capitalismo

brasileiro – acabou por produzir brechas e fomentar as ações de grupos criminosos, comumente identificados como tráfico de drogas e milícias, possibilitando um processo de privatização da regulação social e das relações de poder vivenciadas nesses territórios. (SOARES e GUINDANI, 2007)

O conjunto dos aspectos assinalados – evidentemente, haveria outros a destacar – contribui para consolidar a atuação de grupos criminosos armados, nas favelas do Rio. Contribui, sobretudo, para que eles se constituam como redes de poder territorializadas, que dominam uma série de atividades econômicas, lícitas e ilícitas.

Conforme análise que fizemos (cf. RIBEIRO et al., 2021), no âmbito da pesquisa Construindo Pontes na Maré, há dois tipos diferentes de grupos armados, embora as diferenças venham diminuindo, na medida em que uns aprendem com os outros e os imitam. Há aqueles vinculados a facções do tráfico de drogas, que operam o varejo do comércio das substâncias ilícitas, e os que, sendo compostos principalmente por policiais ou ex-policiais, atuam principalmente em serviços de segurança, transporte coletivo irregular, distribuição de sinais de TV a cabo e internet, venda monopolista de botijões de gás a preços extorsivos e controle ilegal do acesso à terra e a empreendimentos imobiliários. Estes últimos são chamados milícias e têm incorporado, crescentemente, o tráfico de drogas às suas práticas, enquanto os primeiros, por sua vez, vêm aplicando estratégias econômicas adotadas pelas milícias, observando seu rápido enriquecimento. Portanto, além de negociar substâncias ilícitas, os chamados traficantes têm expandido suas ações à exploração de gás, transporte, compra e venda de imóveis, etc. Não por acaso, uma das duas principais facções do tráfico, o Terceiro Comando Puro, tem se aproximado gradualmente de facções milicianas, o que implica vantagens na distribuição espacial do poder e em sua estabilização, reduzindo custos de manutenção do domínio local, tendo em vista que as milícias trazem consigo alianças com segmentos policiais (HIRATA et al., 2021).

Nossos estudos indicam que a qualificação “violência armada territorial” vale para ambos os tipos de grupos armados, já que se afirmam a partir de uma base armada territorial específica, fazendo uso corrente da violência como forma de coação, legitimação, preservação e reprodução de suas práticas. Assim, a legitimação da soberania, imposta por esses grupos privados a um número cada vez mais vasto de territórios da cidade e do estado, decorre diretamente de sua capacidade de manter o monopólio da força e ordenar o cotidiano social.

Essa configuração acaba por produzir um quadro grave de violência simbólica e institucional, impactando o modo como as políticas e os serviços públicos são distribuídos, ofertados e realizados nesses espaços e para essas populações: modo precarizado e fortemente calcado na lógica repressiva – para não mencionarmos a própria violência policial, indissociável, por sua vez, da corrupção policial. As polícias se inserem como elemento central de fomento da violência e da tensão, recorrentemente violando direitos fundamentais dos moradores e deslegitimando o Estado como instância reguladora das relações sociais nas comunidades.

Nessa ótica, as megaoperações nos últimos 10 anos na Maré vêm produzindo, conforme indica Oslender (2008), uma “geografia do terror”, ao transformar alguns espaços nas favelas, como a chamada faixa de gaza, em “paisagens do horror”, com certas articulações territoriais que, de alguma maneira, tendem a romper, de forma dramática, e recorrentemente imprevisível, as relações sociais locais (MAGALHÃES, 2021).

O terror, torna-se, assim, uma ferramenta de controle social. Sua aplicação sistemática torna possível a destruição do tecido social das comunidades sobre as quais incide, levando à difusão do medo como sentimento predominante e generalizado entre os habitantes daqueles territórios. Como Stephen Graham (2016) argumenta, vivemos um processo de “urbanização militar”, decorrente de uma forma de governo que, nos seus modos de operar, se efetiva pela territorialização dos mecanismos de guerra.

Referências

- ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 10, n. 2, p.299- 342, jul./dez. 1995.
- ATHAYDE, C, BILL, M, SOARES, LE. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- BIRMAN, Patrícia; LEITE; Márcia P.; MACHADO, Carly & SÁ CARNEIRO, Sandra de (org.). (2015), *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*.
- BUENO, L . *A favela (para)militarizada: território contido e impacto da violência armada na saúde, na educação e no cotidiano de moradores de Manguinhos, Jacarezinho e Maré*. Rio de Janeiro, 2018.
- BURGOS, M. B. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: Zaluar, A. & Alvito, M. (org.). *Um Século de Favela*. (pp. 25-60). Rio de Janeiro: Editora FGV. 1998.
- CANO, I. & Duarte, T. (2012). *No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ).
- DELGADO, P. G. G. Violência e saúde mental: os termos do debate." (“Violência urbana e saúde mental: desafios de uma nova agenda?”) *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 15, n. 28; p.187-198, 2012.
- FIOCRUZ, *Cartilha de Prevenção à Violência Armada em Manguinhos*, 2019. Fonte: <https://portal.fiocruz.br/documento/cartilha-de-prevencao-violencia-armada-em-manguinhos>
- FLEURY, Sônia. (2012). Militarização do social como estratégia de integração - o caso da UPP Santa Marta. *Sociologias*, Porto Alegre, nº 30, p. 194-222. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/30079>
- GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- HARVEY, D. *Direito à cidade*, 2013. Disponível: <https://www.ufjf.br/ladem/2013/09/23/o-direito-a-cidade-por-david-harvey/>
- HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HIRATA, D.; CARDOSO, A.; GRILLO, C. ; SANTOS JUNIOR, O. ; LYRA, D. ; DIRK, R.; RIBEIRO, R. ; PETTI, D. . *A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados*. 2021

KANT DE LIMA, R. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995

KRENZINGER, M, FARIAS, P, MORGADO, R e MCLLWAINNE, C., 'Violência de gênero e desigualdade racial em uma pesquisa com mulheres no território conflagrado do conjunto de favelas da Maré/Rio de Janeiro', *Revista Trabalho Necessário*, 2021. vol. 19, no. 38, pp. 266-289. <https://doi.org/10.22409/tn.v19i38.47366>

KRENZINGER, Miriam; SILVA, E. S. E.; MCLLWAINNE, C.; HERITAGE, P. *Dores que Libertam: falas de mulheres das favelas da Maré no Rio de Janeiro sobre violências*. Curitiba: Apris, 2018b, v.1. p.1. <https://www.editoraappris.com.br/produto/2389-dores-que-libertam-falas-de-mulheres-das-favelas-da-mar-no-rio-de-janeiro-sobre-violncias>

KRENZINGER, MIRIAM; et al. Impactos sociais da exposição à violência armada na Maré: incidências, consequências e estratégias de enfrentamento In: Coleção Construindo Pontes: Estudo 1 com moradores 16 favelas da Maré.1 ed. Rio de Janeiro: Peoples Palace *Projetos do Brasil*, 2021, 2021, v.1, p. 179-284.

LEEDS, Elizabeth. “Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira”. In ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2008), *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MAGALHÃES, Alexandre. A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, p. 1-20, 2021

MBEMBE, Achille. “Necropolítica”. *Arte & Ensaios*, 32: 124-151 2016 Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>

MISSE, M. “Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro”. *Estudos Avançados*, 21(1), 139-157.2007

MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. 413 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1999.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, co-edição com Anita Garibaldi, 2014. P. 184.

MOURA, Clóvis. *O racismo como arma ideológica de dominação*. 1994.

OSLENDER, U. “Geografías del terror”: un marco de análisis para el estudio del terror. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. XII, núm. 270 (144), 1 de agosto de 2008

PACHECO DE OLIVEIRA, J, J. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, 20(1), 125-161.2014

RAMOS, Sílvia (coord.). *À deriva: sem programa, sem resultado, sem rumo*. Rio de Janeiro: Observatório da Intervenção/CESec, abril. 2018

REDES DA MARÉ; OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. *Censo Maré 2016*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

RIBEIRO, E. SOARES, LE. KRENZINGER, M. Tipos de governança criminal: Estudo comparativo a partir dos casos da Maré. *Revista Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.* – Rio de Janeiro – Edição Especial no 4 – 2022 – pp. 559-588

ROCHA, L. M. Militarização e democracia no Rio de Janeiro: efeitos e legados da “pacificação” das favelas cariocas. *Revista Ensaios*, vol. 14, jan-jun de 2019.

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, Milton. O retorno do território. En: **OSAL**: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005

SILVA M. M., R et al. “No meio do fogo cruzado”: reflexões sobre os impactos da violência armada na Atenção Primária em Saúde no município do Rio de Janeiro. *Ciência Saúde Coletiva* [Internet]. v. 26, n. 6, p. 2109-18, jul. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/HP7Fpy7bkkJ49vzBkrS3Yfg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023

SILVA, E. S. *A ocupação da Maré pelo Exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2017.

SILVA, E.S., MALANQUINI, L. ANHORN, M.G. “Meu nome não é ‘cracudo’ - A cena aberta de consumo de drogas da Flávia Farnese, na Maré, Rio de Janeiro”, p. 107-149, 2017. In: *Populações em situação de rua / Organização Miriam Krenzinger*. - Rio de Janeiro: Pallavra, 2017.

SILVA, Eliana Sousa. *Testemunhos da Maré*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

SILVA, H E MILITO, C. *Vozes do Meio Fio*. Rio de Janeiro: Editora Relume & Dumará, 1995.

SOARES, Gláucio A.D.; MIRANDA, D.; BORGES, D. *As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SOARES, L. E. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Iser, 1996. p. 13-58.

SOARES, LE, GUINDANI, M. *A Violência do Estado e da Sociedade no Brasil Contemporâneo*. NUEVA SOCIEDAD NRO. 208 MARZO-ABRIL 2007.

SOARES, LE. *Meu Casaco de General, 500 dias no front da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo. *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 56, jan.-abr. 2006, p. 91-106.

TELLES, V. S. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Soares [108] Sinais n. 18 Jul-Dez 2015, Vitória - BR ARGUMENTVM, 2011.

TELLES, Vera. “Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos”. (“Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos - Dialnet”) *Revista de Ciências Sociais* (UFC), 46: p.15-42. 2015. Disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2423>

VALLADARES, L. P. (2005). *A invenção da favela: do mito de origem a favela*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

ZALUAR, A. & AIVITO, M. (org.). *Um Século de Favela*. (pp. 25-60). Rio de Janeiro: Editora FGV. 1998.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.